

Quatro gerações, quatro testemunhos *in memoriam* Rui Pereira

*Adolfo Yáñez Casal, Ana Isabel Afonso,
Frederico Delgado Rosa e Laura Almodôvar*

Durante mais de quatro décadas, Rui Alberto Mateus Pereira (1957-2020) marcou profundamente a Universidade Nova de Lisboa, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o Departamento de Antropologia. A sua trajetória fora da academia, exercendo funções públicas de alta relevância no âmbito das práticas e políticas da cultura, nunca o afastou da sua casa, o *campus* da avenida de Berna, onde continuou a lecionar com sempre renovada dedicação. Conciliou as suas responsabilidades dirigentes com a atividade de investigação, mantendo elos intelectuais e afetivos com a antropologia, com os seus pares e com os seus alunos. Representantes de quatro gerações unidas pela figura ímpar de Rui Pereira deixam o seu testemunho – quatro testemunhos – em memória do antropólogo, do antigo colega, professor e amigo.

PALAVRAS-CHAVE: academia, África, colonialismo, antropologia linguística, antropologia do ciberespaço, pedagogia.

Four generations, four testimonials *in memoriam* Rui Pereira ♦ For over four decades, Rui Alberto Mateus Pereira (1957-2020) had a profound impact on the Universidade Nova de Lisboa, the School of Social Sciences and Humanities, the Department of Anthropology. His trajectory outside academia, holding highly relevant public positions in the field of cultural practices and policies, never distanced him from his home, the campus on Berna avenue (Lisbon), where he continued to teach with ever-renewed dedication. He reconciled his managerial responsibilities with his research, maintaining intellectual and affective links with anthropology, with his peers, and with his many students. Representatives of four generations marked and united by this unique figure leave their testimonies – four testimonies – in memory of the anthropologist, former colleague, professor, and friend.

KEYWORDS: academia, Africa, colonialism, linguistic anthropology, cyberspace anthropology, pedagogy.

CASAL, Adolfo Yáñez (adolfo.casal@fcs.unl.pt) – Departamento de Antropologia, NOVA FCSH, Portugal.

AFONSO, Ana Isabel (ai.afonso@fcs.unl.pt) – Departamento de Antropologia, CRIA/NOVA FCSH, Portugal.

ROSA, Frederico Delgado (fdelgadora@fcs.unl.pt) – Departamento de Antropologia, CRIA/NOVA FCSH, Portugal.

ALMODÓVAR, Laura (lauraaf13@gmail.com) – Departamento de Antropologia, CRIA/NOVA FCSH, Portugal.

ENCONTROS EM TORNO DE ÁFRICA, OU HISTÓRIAS BREVES DE UMA AMIZADE DURADOURA

Adolfo Yáñez Casal

Conheci o Rui no início do ano letivo de 1983-1984 no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), ainda situado no espaço que, em tempos, pertencera aos militares. Foi um encontro entre pares... eu um docente recém-convidado e o Rui, um jovem docente, bem disposto, de sorriso simpático e fácil. Outros encontros foram acontecendo naquele espaço aberto da faculdade em que confluíam, como ainda hoje confluem, alunos e professores dos vários departamentos. Estes encontros, mais breves ou mais demorados, despertaram uma empatia que, ao longo dos anos, se consolidou em cumplicidades várias entre nós dois e numa amizade franca, fácil e sincera. Foi a partir desta amizade com o Rui que outros docentes se foram tornando também meus conhecidos e amigos.

Numa dessas conversas, talvez à mesa de um restaurante escolhido por ele, o Rui perguntou-me em que área de investigação estava eu a trabalhar. Mas sem eu ainda lhe ter dado uma resposta precisa, já ele me informava com ênfase que estava a trabalhar sobre os materiais etnográficos recolhidos pela Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português 1956-1961, com o intuito de preparar as provas de aptidão científica e pedagógica da FCSH, requeridas para passar de assistente estagiário a assistente. Nesse momento, lembrei-me das minhas provas de *maîtrise* na Sorbonne, feitas uns anos antes, com um trabalho final dirigido por Georges Balandier, sobre “Processos de aculturação em Moçambique”. O Rui ficou muito curioso e, com alguma insistência, pediu-me uma cópia desse trabalho, que, com muito gosto, lhe cedi. Ficámos então a saber que, de alguma maneira, ambos trabalhávamos na área de estudos africanos, embora em contextos históricos e temáticos bem diferentes: o Rui na história da antropologia no contexto colonial português de Moçambique e eu na redação da minha tese de doutoramento sobre *O Processo de Socialização Rural em Moçambique depois da Independência – As Aldeias Comunais* (Casal 1996).

A nossa amizade foi-se tornando cada vez mais aberta e abrangente.

A convite da nossa colega Jill Dias, entrámos como colaboradores para o Centro de Estudos Africanos e Asiáticos (Instituto de Investigação Científica Tropical) por ela dirigido, onde conheci o Eduardo Costa Dias, amigo do Rui e, a partir dessa altura, também meu amigo. Um trio de amigos sempre disponíveis para a crítica ligeira de colegas, instituições, políticas e políticos, clubes de

futebol e futebolistas. Três amigos que fizeram perdurar a sua amizade por longos anos apesar das mudanças no trabalho, na carreira académica e extra-académica, nas instituições para as quais cada um de nós foi selecionando. Assim, ainda poucos meses antes de o Rui adoecer, continuávamos a reunir-nos num restaurante perto da faculdade com o mesmo programa de sempre: comentar as mudanças que iam sucedendo nas nossas vidas e nas vidas dos restantes colegas, assim como os acontecimentos mais relevantes do país e do mundo.

Retomando este memorial da atividade académica e de investigação, recordo que o Rui gostava de dar aulas e os alunos gostavam dele como docente, e também como mais um companheiro, em particular nos jogos de pingue-pongue realizados à saída das aulas no grande sótão das antigas instalações. Mas os anos foram passando e a docência no Departamento de Antropologia começou a não lhe chegar. O desencanto era notório e as conversas informais que íamos tendo durante os nossos almoços reproduziam, uma e outra vez, aquele pessimismo. Foi precisamente neste período de 1986-1989 que a sua atividade principal, para além das aulas, começou a redefinir-se na pesquisa de materiais relativos ao seu projeto de investigação (tese de doutoramento), em arquivos, museus e bibliotecas. Foi a partir destas pesquisas que começaram a aparecer as suas primeiras publicações científicas em revistas de Antropologia e de Estudos Africanos, o que o motivou a desenvolver, em vários sectores, muitas outras atividades científicas, editoriais, museológicas, etc. Um outro Rui se perfilava.

As capacidades extraordinárias de trabalho, intelectuais e técnico-científicas, que vinha demonstrando eram conhecidas não somente no âmbito da faculdade, mas também fora dela. É a partir de 1989 que vai assumir, em regime de requisição de serviço, tarefas e funções de grande relevo, tais como as de assessor da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, dirigindo de 1993 a 2002 a revista *Oceanos*, reconhecida internacionalmente pela sua relevância histórica e cultural; reeditando, em 1998, *Os Macondes de Moçambique* de Jorge Dias (Pereira 1998), com uma introdução de grande nível científico e crítico sobre a antropologia colonial portuguesa – uma espécie de síntese do que mais tarde seria o trabalho desenvolvido na sua tese de doutoramento sobre a história da antropologia colonial portuguesa. Desempenha muitas outras funções de relevo, tais como diretor-geral do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e diretor municipal de Cultura na Câmara Municipal de Lisboa. Este conjunto de atividades variadas e muito intensas que o Rui executou é impressionante; nada o impediu, no entanto, de continuar a dar aulas na faculdade, nem de prosseguir a sua tese de doutoramento, concluída em 2005.

Destacarei dois ou três aspetos que me parecem constituir a marca científica da obra por ele desenvolvida, muito em particular no que concerne à sua tese de doutoramento. Em primeiro lugar, a fundamentação histórica, bibliográfica e antropológica que suporta a análise crítica e o discurso científico com

que reconstitui a história da antropologia portuguesa na situação colonial de Moçambique, no período de 1926-1959. Em segundo lugar, o cuidado escrupuloso com que o Rui expõe a metodologia que irá seguir, quer no trabalho de pesquisa dos próprios materiais que irá tratar ou excluir, quer na seleção e construção de conceitos que lhe permitirão garantir a coerência da análise e a cientificidade do próprio discurso.

Se a sua tese é em si mesma uma referência primordial para a história da antropologia portuguesa, a metodologia apresentada na primeira parte constitui uma fonte académica de excelência para a formação dos alunos de Antropologia, de História e de outras ciências sociais. Trata-se muito simplesmente de construir o objeto de estudo, apelando a uma bibliografia específica para caracterizar e definir o tipo de colonialismo no seu contexto histórico-geográfico, social e político. Neste sentido, começa por criticar o modelo do “lusotropicalismo” de Gilberto Freire, adotando o conceito-chave de “situação colonial” de Georges Balandier. Dadas as implicações dos agentes sociais na produção antropológica, o Rui assume e reconhece a necessidade de repensar a história do pensamento antropológico, identificando e separando a componente científica, do pensamento comum. Nesta perspetiva, e tendo em conta o peso desproporcionado do funcionalismo britânico e do culturalismo americano na história disciplinar, ele descobre outro conceito fundamental para a sua análise: o conceito de dominação colonial.

O Rui tem uma expressão que, na minha opinião, sintetiza uma das grandes preocupações epistemológicas em torno das quais ele quer manter-se vigilante: “a antropologia possui uma consciência de si, historicamente determinada”. Assim, as teorias antropológicas fornecem respostas a questões específicas, sempre historicamente determinadas. A objetividade do trabalho de campo, como metodologia fundamental da produção antropológica, nunca deixa de estar condicionada, quer pelo contexto político-social, em que o trabalho de campo é realizado, quer pelo *background* sociocultural do antropólogo. Por fim, o Rui impõe a si próprio duas condições para legitimar o trabalho da sua história da antropologia portuguesa. A primeira é que, em antropologia, os conceitos são reconhecidos e apropriados apenas se forem “recolocados” no contexto no qual originalmente foram formulados. A segunda condição consiste em fazer a reconstrução social da antropologia portuguesa nos contextos coloniais em que ela foi produzida.

Resumindo, o Rui deixa-nos um alerta epistemológico e metodológico para evitar excessos de subjetividades e preconceitos, quer na recolha de materiais, quer na utilização crítica dos conceitos, quer ainda na originalidade da análise científica. Uma lição para docentes e discentes, uma grande lição!

Para terminar este meu testemunho gostaria de rememorar um dos momentos em que me apercebi de uma outra grande qualidade do Rui. Na altura, ano letivo de 2005-2006, coordenava eu o Departamento de Antropologia e

tínhamos recebido a incumbência de implementar as diretivas do chamado processo de Bolonha. Não me parece interessante nem útil descrever as dificuldades de conjugação das diferentes leituras, interpretações e sensibilidades, nem contabilizar as inúmeras reuniões, propostas e contrapropostas de que resultou a reestruturação curricular da licenciatura de três anos. Quero apenas salientar aquilo que constituiu para mim uma bem agradável surpresa: a constatação das excepcionais capacidades de mediação evidenciadas pelo Rui. Atuando como verdadeiro moderador entre os colegas, em muito contribuiu para apaziguar o clima de crispação que se tinha instalado no departamento, abrindo caminhos que conduziram à aprovação de uma proposta definitiva.

Pela nossa diferença de idades, habituei-me a vê-lo sempre – embora sem qualquer paternalismo – como um jovem colega. O facto é que a sua pessoa tinha o condão de construir pontes entre gerações, e fazia-o com a mesma desenvoltura com que escutava as vozes do passado disciplinar, conectando diferentes tempos históricos e marcando com a sua peculiar sabedoria o devir da própria antropologia.



DO GUARDA-CHUVA AO GABINETE

Ana Isabel Afonso

Era um dia de outono e o ano letivo de 1978-79 havia começado há pouco na FCSH. Fugia da chuva em passo apressado, pelo passeio da avenida de Berna, quando o Rui, gentilmente, me ofereceu boleia no seu guarda-chuva. Conhecíamos-nos de vista e, além de naquele momento ambos precisarmos de nos proteger da chuva, tínhamos em comum sermos estudantes de Antropologia (eu no 1.º ano, ele no 2.º). Nesse percurso solidário conheci a faceta intempestiva do Rui, sempre atento ao xadrez político em que nos movíamos... A FCSH estava a instalar-se e, com essa instalação, vinha a luta pelos territórios que configuravam os departamentos emergentes. Aprendi com o Rui que uma simples mudança de sala podia ser uma ameaça, uma tentativa hegemónica de apropriação de espaço, mais simbólico do que físico, pondo a nu rivalidades que se tentavam afirmar. Era preciso resistir a essa invasão de territórios, alertava o Rui, muito à sua maneira. E tinha razão.

Em 1984/85, estava eu a iniciar um estágio na Université Libre de Bruxelles, quando o Rui me desafiou a responder ao concurso aberto para recrutamento de um assistente estagiário de Antropologia na FCSH. Graças a este aviso solidário que me chegou pelo correio, quando ainda não havia telemóveis ou *roaming*, entrei para o departamento, num momento de graça e expansão, em que a institucionalização da antropologia nas universidades se consolidava. Ter pisado o mesmo chão que Luc de Heusch ou Marianne Mesnil, autores que

tínhamos aprendido a ler de forma reverente em várias cadeiras da nossa licenciatura, era uma componente relevante de qualquer *curriculum* de aspirante a docente universitário.

Nestes efervescentes anos 80, quando o que hoje chamamos o *campus* da FCSH ainda exibia as marcas dos retoques improvisados nas velhas instalações militares, conhecidas como “Trem Auto”, ia nascendo uma relação de amizade entre mim, o Rui e o Casal, que o acaso juntou no mesmo gabinete, mas que a admiração e reconhecimento mútuos de largos anos foi cimentando. Desde então partilhámos gabinete, almoços, projetos e tecnologias. E com ele pude afinar instrumentos didáticos, para interagir com os primeiros estudantes que ensinávamos e que pouco mais novos eram do que nós.

Nos anos 90, o Rui pediu-me para colaborar na organização do Intercongresso da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences – um acontecimento internacional reputado que teria lugar em Lisboa, sob a sua supervisão. E desde logo fiquei impressionada pela sua capacidade de organização e liderança, que ainda hoje me norteia quando me cabe a mim organizar este tipo de eventos científicos. Na minha secretária exibo com carinho a cantoneira-azulejo com o meu nome, que o Rui se lembrou de mandar fazer para todos os participantes do Intercongresso da IUAES.

Com o Rui aprendi a elaborar horários sem computadores, e a usar o computador (também) para fazer horários. Com ele dei os primeiros passos no mundo das novas tecnologias, aventurando-me por aplicações desconhecidas e equipamentos sofisticados que sempre tão bem me aconselhava.

Mesmo com o Rui a ser solicitado para diversos cargos públicos em reputadas instituições nacionais – da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), ao Ministério da Cultura – a sua ligação e dedicação à antropologia e à docência na FCSH nunca foi interrompida. Conhecido por ser um corajoso matutino (raridade entre os colegas do departamento), era vê-lo às oito horas da madrugada, preparado para lecionar com entusiasmo, para uma motivada audiência, as disciplinas Antropologia do Colonialismo ou Antropologia Linguística.

Solidarizei-me com o Rui nas suas sentidas fúrias e frustrações, o que mostra que também elas, e não apenas os êxitos, permitem aproximações e consolidam amizades. Com o virar do milénio, o cenário das nossas indignações já não era a parada do “Trem Auto”, mas a Torre A, um moderno edifício envideado de gosto arquitectónico duvidoso, onde continuávamos a partilhar gabinete: o 405. As instalações provisórias da FCSH iam passando a definitivas e no mesmo afã de tudo reestruturar, a parada passou a *campus*, as variantes dos cursos a minor/maior, e um muro encimado por farpas de ferro – para uns um *remake* das funcionalidades militares de outrora, para outros (pesadas) asas de pássaro a levantar voo – passaria a separar os muros da academia da sociedade envolvente...

Neste contexto, lembro as inúmeras tertúlias em que nos envolvemos, juntamente com o professor Casal, e todo o seu empenhamento numa proposta de reestruturação que os três subscrevemos, como pequeno grupo minoritário, quando se tentava pôr em prática o famoso processo de Bolonha. Era um bom projeto, com várias pontes interdisciplinares, que já antecipava as tendências reconstrutivas da antropologia académica europeia do século XXI, no rescaldo da crítica pós-colonial. De inspiração norte-americana, considerava uma organização curricular privilegiando a estrutura *four-field*, onde além da antropologia social e cultural, a antropologia linguística e a arqueologia adquiriam nova expressão, a par do reforço da antropologia biológica. Lamentámos que as políticas departamentais que então dominavam não lhe tenham dado a atenção devida, e ficámos (ainda) mais solidários nesta frustração.

Mas se há “chãos que não dão uvas”, outros houve em que as atividades de extensão do Rui, no domínio da museologia e da gestão dos recursos culturais, atestam da sua extraordinária capacidade de trabalho, unindo o que muitas vezes tende a constituir-se em mundos separados – a investigação antropológica especializada e a divulgação científica para públicos diversificados. Penso, concretamente, no seu contributo, como coautor no catálogo da exposição Índios da Amazônia (Pereira *et al.* 1986), que tão bom material me forneceu para as aulas de Povos e Culturas Não-Europeus, ou ainda na curadoria, com Alexandre Pomar, da notável exposição *As Áfricas de Pancho Guedes* (2010), cujo êxito se deveu, em grande medida, ao meticuloso trabalho de investigação que lhe deu origem. Trabalhos de inequívoca qualidade intelectual, que mostram essa capacidade invulgar, num mundo de especialistas monolíticos (ou *Fachidiot*, na cáustica expressão em língua alemã), para um permanente diálogo entre a prática da antropologia, a investigação antropológica e os diferentes papéis e cargos públicos do antropólogo.

Tive o privilégio de contar com a inspiração e o incentivo do Rui em vários projetos que liderou ao longo do tempo. Saliento três que se cruzaram mais diretamente com a minha vida académica: a sua vertente editorial; o interesse pela antropologia dos índios da Amazônia e a importância de uma antropologia “prática” aberta ao diálogo com a academia. Lembro aqui, de forma telegráfica, alguns contornos destes seus legados:

A revista *Ethnologia*, da qual foi editor-coordenador, desde 1986 a 1994, constituiu um projeto ímpar de divulgação científica da antropologia em língua portuguesa, que saiu a lume graças à determinação e horas de dedicação do Rui Pereira que carregava, no verdadeiro sentido da palavra, a maior parte das tarefas inerentes à produção, revisão e distribuição dos sucessivos números publicados. Recordo o carinho com que abria a mala do seu carro, na parada da FCSH, e nos mostrava mais um exemplar que havia ido levantar à reprografia. Esta sua veia editorial viria a ter outros desenvolvimentos, como a revista *Oceanos* e *Na Crista da Onda* (das quais foi director-adjunto), publicadas pela

CNCDP, que ficarão na nossa memória (e bibliotecas) como legados de grande valor, com repercussão internacional.

Também o seu interesse e incursões pela Amazônia foram para mim uma grande fonte de inspiração, especialmente nos anos 80-90, quando eu preparava a cadeira Povos e Culturas Não-Europeus (sobre os índios das Terras-Baixas da América do Sul). Da sua expedição no início dos anos 90, intitulada *Viagem Filosófica – Uma Redescoberta da Amazônia*,¹ além dos relatos em primeira mão trazidos desses encontros antropológicos com os índios, guardo as fotografias de um Rui em trabalho de campo, com um ar feliz e compenetrado em plena observação participante junto dos Yanomami.

Finalmente, a leitura do seu texto magistral, que abre a reedição *fac-similae* de 1998 da obra de Jorge Dias *Os Macondes de Moçambique*, constituiu um contributo fundamental que esteve na base das minhas reflexões sobre as práticas profissionais da antropologia e a relevância da antropologia aplicada na história da institucionalização da disciplina em Portugal. Os textos que escrevi sobre esta temática não teriam sido possíveis sem esta contextualização admirável. Trata-se de uma eloquente panorâmica que sintetiza de forma crítica a história do colonialismo português, fruto de laborioso trabalho de arquivo. Com efeito, partindo de um corpo de textos inéditos e confidenciais – os relatórios de missão – que lhe permitiram analisar o duplo papel de Jorge Dias, como antropólogo académico e relator das missões do governo a Moçambique, é toda uma visão do contexto colonial, com as suas controvérsias, tensões e clichés, que Rui Pereira nos desvenda.

Ao longo de anos de convívio e cumplicidades académicas, sucessos e frustrações, almoços e jogos de matraquilhos, preparações de congressos e visitas de estudo, desenvolvemos prolíficas conversas sobre a utilidade social da antropologia, e como a sua (in)visibilidade pública estava tão enraizada na abordagem dos antropólogos nas colónias, onde era sobretudo concretizada através dos estudos antropométricos da época. Questionámos a relevância e os limites de uma antropologia aplicada, que extravasasse a má memória da *indirect rule*, qual anátema que caracterizou o que poderíamos considerar uma apropriação beligerante e abusiva por parte do colonialismo britânico, quando comparado com as versões “mais brandas” da presença portuguesa nas colónias.

No silêncio solidário do nosso gabinete, partilhámos o gosto pelo *Mac* e aventurámo-nos pela antropologia do ciberespaço, mesmo antes de sabermos como essa antropologia virtual e efémera iria dominar tanto as nossas vidas... e juntos continuámos a sonhar com a reinvenção da antropologia no seio da FCSH, que o Rui ia paulatinamente concretizando através do seu indefetível investimento na docência, remando contra a maré das métricas de produção científica. Sem grande surpresa para mim, quando surgiu o Sistema de

1 Patrocinada pela CNCDP e Wild World Foundation.

Garantia da Qualidade do Ensino, ele foi, ano após ano, o professor mais bem classificado pelos estudantes.

O Rui deixa-nos, assim, com a doce memória de acesas discussões sobre os possíveis e ambíguos papéis do antropólogo, que tão bem soube ressaltar na sua tese doutoral, *Conhecer para Dominar* (Pereira 2005), captando com sutileza e mestria as potencialidades da abordagem etnográfica, mas também as suas vulnerabilidades e limites.

Malgrado esta ausência precoce e abrupta num momento terrível à escala planetária, registo estes traços inapagáveis de uma frontalidade irreverente e genuína, e também da sua sólida e perspicaz presença intemporal, tão inspiradores para gerações de antropólogos.

No nosso gabinete ficou um vazio que (espero) o tempo e estes legados se encarregarão de preencher. E a cantoneira-azulejo.



UM SORRISO QUE SE NÃO ESQUECE

Frederico Delgado Rosa

In illo tempore, imperava a francofilia no Departamento de Antropologia, manifestando-se a vários níveis, desde o apego a Lévi-Strauss à utilização de bastos francesismos nas aulas: *décalage, tout court, avant la lettre...* Foi no dia 12 de outubro de 1988, sem poder imaginar que seríamos colegas 20 anos depois, que tive a minha primeira aula com o professor Rui Pereira, que lecionava Antropologia Linguística e Semiologia. O meu nível de francês (frequentara a Alliance Française durante nove anos) representava uma vantagem e o primeiro trabalho que realizei para essa cadeira anual do segundo ano da licenciatura consistiu em traduzir para português um texto do linguista e celtista francês Joseph Benveniste, “Les correspondances de vocabulaire entre l’Indo-iranien et l’Italo-celtique” (1918). Eram óbvios os laços genealógicos entre os autores abordados nas aulas – Nicolai Trubeztkoy, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Georges Dumézil... – e a antropologia estrutural francesa. Aparentemente, mas só aparentemente, Rui Pereira fazia parte do *statu quo* departamental em plena convulsão pós-colonial da antropologia.¹

Tanto maior foi a surpresa quando, no ano seguinte, voltei a ter como professor o jovem mestre de 31 anos, em Etno-Sociologia do Colonialismo. Eu tinha o hábito de escrever praticamente tudo o que era dito nas aulas, a eito, de forma pouco seletiva, e ainda hoje conservo o caderno dessa cadeira

1 Agradeço aos meus antigos colegas Teresa Pita, Gonçalo Mendes, Graça Batista, Luís Sobral, Francisco Morato, Dora Sousa e Mariana Laura Simão. Agradeço ainda a Armanda Dias as boas sugestões de língua portuguesa; e a leitura atenta de Sónia Vespeira de Almeida.

opcional feita à sua medida, onde encontro inclusive algumas expressões coloquiais e pensamentos improvisados de Rui Pereira que não se encontram forçosamente nos seus textos publicados. Numa caligrafia rápida e retilínea, as páginas manuscritas desse caderno de capa azul em formato A4 abrem uma janela sobre as suas aulas de novembro de 1989 a fevereiro de 1990. Já não era o tempo das sociedades frias de Lévi-Strauss, mas sim o da escaldante “situação colonial”, conforme o conceito do seu rival maior, Georges Balandier, que Rui Pereira introduziu de chofre na primeira lição perante um punhado de estudantes estupefactos. A bibliografia de Etno-Sociologia do Colonialismo combinava, de forma original, títulos recentes sobre as relações entre antropologia e colonialismo – Jean Copans (1975), Talal Asad (1973), Gérard Leclerc (1973) –, obras de historiadores que vinham reescrevendo a história de Portugal sob o ponto de vista das relações entre colonizadores e colonizados – tais como Charles Boxer (1988) e David Birmingham (1966) –, e algumas fontes primárias francamente provocatórias, como os textos de política colonial ou “ultramarina” de Marcelo Caetano (1951) e Adriano Moreira (1960). Sem nunca perder de vista os casos britânico, francês e belga, o colonialismo português foi especialmente aprofundado ao longo do semestre, em particular as suas relações com a antropologia, com destaque para as missões “do cacimbo” de Jorge Dias, Manuel Viegas Guerreiro e Margot Dias entre os Maconde de Moçambique no final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

Contrariamente a outros professores – como Jorge Fragoso, que sempre ria nas aulas, ou Cândida Porto, que nos contagiava com o seu humor exuberante, ou ainda Jill Dias, que tinha o dom de lecionar com um sorriso nos lábios –, Rui Pereira era particularmente reservado, sério na atitude, para não dizer sisudo, impondo respeito e alguma ansiedade entre os estudantes, que sempre tratava na terceira pessoa, por “você”. Lembro o dia em que, numa frequência de linguística, ele saiu intempestivamente da sala quando eu e uma colega abusámos do limite de tempo. Ambos pensámos que já não aceitaria as nossas provas. Em pânico, fomos a correr atrás dele. Afinal, tinha apenas ido ao gabinete deixar as suas coisas... Duas décadas mais tarde, contei-lhe o episódio e ele riu-se; não fazia ideia da imagem temível que projetava de si próprio. Devo dizer, em abono da verdade, que pelo menos um dos meus antigos colegas de turma, Gonçalo Mendes, se recorda de jogar pingue-pongue e matraquilhos com o professor Rui Pereira, o que relativiza o meu retrato, porventura distorcido pela minha própria atitude reservada à época. Intrigado por esta contradição, pedi ao meu antigo colega que discorresse um pouco mais sobre o assunto e escreveu-me, por *e-mail*, estas palavras que parecem lançar luz sobre a enigmática, complexa personalidade do nosso professor:

“Docente duro, rígido, muito pouco expansivo e de semblante não muito amistoso. Porém, seria o único que se implicava com os demais coabitantes

da FCSH naquela brincadeira algo competitiva do jogo de matreco e do ping-pong. Creio que não vi outro docente da faculdade por aqui a jogar connosco além do Rui Pereira. É deveras empenhado e com um mau perder enorme, mas o que importa é que passamos bons bocados do nosso dia por ali.”²

A nossa colega Teresa Vieira recorda como se sentia “desconcertada pelo jeito brusco daquele professor fisicamente interessante”, bem como pelo seu “extraordinário rigor em não permitir copianços”.³ Um outro testemunho, de Graça Batista, resume o assunto com uma eloquente expressão: “Do Rui Pereira, lembro-me da sua *poker face* nas aulas...”.⁴ Certo é que os sorrisos daquele que pude anos mais tarde tratar por Rui, raros, parcimoniosos, ganhavam um sentido acrescido nas suas aulas de Etno-Sociologia do Colonialismo. Sempre que nos fazia uma das suas revelações mais ou menos bombásticas sobre história colonial, suscetíveis de abalar a nossa visão da antropologia como um rio de águas tranquilas, sorria de forma expressiva, com um subtil meneio de cabeça e uma inflexão de voz que tornavam os estudantes seus *partners in crime*. Recordo distintamente, por exemplo, o seu sorriso ao dizer-nos que Jorge Dias estudara antropologia... no Terceiro Reich. Foi aliás na Alemanha que tomou contacto com os únicos trabalhos então existentes sobre os Macondes, sem adivinhar que os iria estudar, na década seguinte, “por indicação do regime, por serem um povo que criava problemas coloniais”.⁵

Etno-Sociologia do Colonialismo, tal como a lecionava, era essencialmente uma cadeira de partilha da sua própria investigação, nomeadamente a que conduziu à sua dissertação *Antropologia Aplicada na Política Colonial Portuguesa: A Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (1956-1961)*, defendida em 1986 (Pereira 1986), sob a orientação de Augusto Mesquitela Lima.⁶ Recordo perfeitamente como nos impressionava a profusão de notas de rodapé nesse trabalho. Admirávamos e sentíamos-nos privilegiados quando o professor nos inteirava dos pequenos-grandes momentos da sua atividade em arquivo, como o acaso da descoberta dos relatórios confidenciais de Jorge Dias – “foi por desleixo burocrático que consegui”, disse-nos na aula de 23 de janeiro de 1990 – “chegar até eles”.⁷ Sabia transmitir-nos a dramaturgia dos documentos, a sensação de raridade dessas peças históricas, quando nos revelava, por exemplo, logo na terceira aula, de 23 de novembro, que os relatórios permaneciam

2 E-mail de Gonçalo Mendes ao A., 30/04/2021.

3 E-mail de Teresa Vieira ao A., 10/05/2021.

4 E-mail de Graça Batista ao A., 30/04/2021.

5 Caderno de Etno-Sociologia do Colonialismo 1989-1990, Arquivo do A.

6 Provas de aptidão científica e pedagógica que, antes de haver mestrado, eram necessárias para se passar de assistente estagiário a assistente.

7 Caderno de Etno-Sociologia do Colonialismo 1989-1990, Arquivo do A.

em circuitos estritamente confidenciais – “poucas pessoas os viram” – e que eram “textos ímpares no contexto antropológico”, nomeadamente pelo seu contraste com *Os Macondes de Moçambique* (1964-1970). Enquanto a monografia em quatro volumes apresentava “uma sociedade cristalizada no tempo”, os relatórios permitiam decifrar aspetos políticos e socioeconómicos verdadeiramente contemporâneos, bem como vislumbrar dimensões reflexivas, as motivações da ida para o planalto e as condições que rodearam a produção da equipa de Jorge Dias. Contrastavam, igualmente, com os artigos dos anos 60 dedicados à realidade africana em mutação, nos quais Jorge Dias “tinha que limar as arestas para poderem sair a público”.⁸

Sentíamos que cada aula mexia com a nossa própria relação com a história de Portugal, mas de forma sensível, pois Rui Pereira sabia como ninguém manter o distanciamento crítico sem cair em visões maniqueístas ou radicais. “Se queremos estudar a história das relações entre a antropologia e a situação colonial, podemos seguir duas perspetivas”, disse na mesma aula. “Ou se julga a produção antropológica no seu todo e se procura afirmar que ela resulta da ideologia colonial dominante; ou então investiga-se autor a autor, procurando saber quais as relações entre a sua prática científica e a empresa colonial”. Claramente, Rui Pereira favorecia a segunda perspetiva; uma lição que nunca esqueci e que marca até hoje a minha prática de historiador da antropologia. No caso de Jorge Dias, classificado por alguns como “fascista” e “colonialista”, em virtude dos seus textos de contemporização com o projeto colonial português, era fundamental compreender que nem mesmo a oposição democrática punha em causa o império no final dos anos 50.⁹

Rui Pereira influenciou-me e a outros estudantes no hábito de frequentar regularmente a Biblioteca Nacional e, mais do que isso, requisitar sempre o número máximo de livros autorizados por dia, nem que fosse para lhes sentir o peso, colocar os olhos no índice, folheá-los, cheirá-los. Foi para realizar um trabalho para a sua cadeira de opção que dei comigo, pela primeira vez na vida, com pilhas de fontes primárias mais ou menos obscuras. Nesse tempo, eu mantinha um diário, onde hoje redescubro numerosas referências àquele que foi o meu professor Rui Pereira, como esta entrada de 25 de janeiro de 1990:

8 *Idem.*

9 No meu tempo de estudante de licenciatura, não estabeleci a relação com Humberto Delgado; só depois do doutoramento é que me dedicaria a estudar a sua carreira militar e política, a célebre campanha eleitoral de 1958, a sua atividade no exílio, incluindo o Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa, apresentado em São Paulo no dia 5 de outubro de 1960, no qual Delgado defendia a criação de uma República Federal dos Estados Unidos de Portugal (Rosa 2008). Mas o Rui revelou-me, quando nos tornámos colegas docentes em 2008, que o meu grau de parentesco com o General sem Medo era um assunto de conversas de corredor entre os professores; e que ele próprio tinha dificuldade em ignorar tal facto, quando abordava esse contexto histórico nas suas aulas.

“Hoje na aula de colonialismo fiz-me de falar. Quando estávamos eu e o professor a debater uma das questões que eu colocara, os outros foram-se todos embora porque já eram horas de acabar a aula e eu e o Rui Pereira ficámos sozinhos a conversar. Aproveitei para lhe falar dos dilemas que envolvem o meu trabalho, lembrando-lhe que o colonialismo é um tema novo para mim. O professor foi muito simpático, deu-me apoio e incentivo, mas também me disse para não fazer deste trabalho o trabalho da minha vida, que era apenas o de uma cadeira semestral. Concordei, mas disse que via este trabalho como o embrião de algo a desenvolver mais tarde.”¹⁰

Não havia Internet, os computadores eram uma raridade, as impressoras uma palavra desconhecida. Os trabalhos dos estudantes eram escritos à máquina, energicamente batidos nos ruidosos teclados herdeiros do século XIX. A novidade era o frascinho de tinta corretora com que se pincelavam os erros, mas que levava demasiado tempo a secar e quase sempre esborratava. No dia em que lhe entreguei o meu trabalho em mão, o professor não contrariou o entusiasmo dos meus 20 anos e disse: “Chegou o grande momento”. Ao ver na capa uma fotografia do início do século XX com a sua legenda original, “Família de prêtos civilizados”, extraída da obra do militar e “colonialão” João de Almeida (1936), *Sul de Angola: Relatório de Um Governo de Distrito (1908-1910)*, Rui Pereira exclamou: “Eh pá!”¹¹ Esse foi, de facto, o embrião da minha tese de licenciatura, realizada sob sua orientação, relacionando colonialismo e evolucionismo na viragem do século XX português. Essa experiência uniu-nos como mestre e discípulo, tornou-nos cúmplices – pois se eu era jovem, ele também o era.

Esse sentimento de cumplicidade, reencontrámo-lo intacto 20 anos mais tarde, com a diferença de que passámos automaticamente, sem pedir licença, a tratar-nos por tu; e acompanhar-nos-ia sempre, até à despedida, quando lhe telefonei para dizer: “Estarás sempre comigo e eu estarei sempre contigo”. Ambos sabíamos que era a nossa última conversa. Não sei se ele sorriu na tristeza do momento, mas ao desligar o telemóvel o meu pensamento viajou velozmente para o tempo em que fôramos professor e aluno.

“Em boa verdade” ou “a bem dizer” – expressões que empregava amiúde e lhe tomo de empréstimo –, quando ele sorria nas aulas, daquela forma tão peculiar, pressentíamos estar a viver momentos ímpares que não só revelavam o seu envolvimento apaixonado com as matérias que lecionava, como nos incitavam a interpelar a história, não já como tímidos estudantes, mas como futuros antropólogos.

10 Diário de 1990, Arquivo do A.

11 *Idem*.

ASSANTE SANA, PROFESSOR RUI!

Laura Almodôvar

Conheci o professor Rui Pereira em fevereiro de 2015. Era o último semestre da minha licenciatura. Ele tinha voltado recentemente a dar aulas a tempo inteiro e inscrevi-me nas duas disciplinas optativas que lecionava, Antropologia Linguística e Antropologia do Ciberespaço, ambas às oito horas da manhã. Quase madrugada, tendo em conta o horário das dez a que nos tinha habituado o Departamento de Antropologia. Este estilo matutino teria sido mais do que suficiente para conquistar inimigos. Não foi isso que aconteceu.¹

Para a minha turma, Antropologia do Ciberespaço foi, provavelmente, a cadeira mais popular de toda a licenciatura. E foi, simultaneamente, a disciplina para a qual todos mais trabalhámos. Todas as semanas tínhamos de escrever um ensaio na aula refletindo sobre um dado tema. Todas as semanas, sem exceção, as quartas-feiras de manhã eram passadas a escrever o que tínhamos e o que não tínhamos dentro de nós. A minha colega Elisa Santos recorda-me agora os meus desabafos da altura: “Ele tem um ritmo alucinante; as aulas de *Ciber* vão dar cabo de toda a gente, não pode ser assim. É insano que ele nos obrigue a escrever tanto. Estas aulas às oito vão matar-nos.” É verdade que Rui Pereira nos levou ao limite. Mas valeu a pena, superámo-nos e aprendemos a escrever. E ele recompensou o nosso esforço de forma justa.

Os anos passam e muito do que aprendemos na licenciatura evapora-se e esbate-se por falta de uso. Mas acho que o Rui Pereira conseguiu dar-nos coisas que, de alguma forma, fintaram a crueldade do tempo e da memória. Faço minhas as palavras da Elisa: o Rui Pereira também me tornou “mais culta, mais esclarecida”.

Quando fui desafiada a escrever este testemunho, fiquei inquieta e senti-me um pouco perdida. O que teria eu para dizer? Em quantas palavras pode uma pessoa traduzir a vida de outra? Em quantos carateres cabe uma pessoa? Pedi ajuda e falei com todos os amigos que me ficaram desse tempo. Já não estamos na esplanada da FCSH, mas era preciso reativar um lugar de memória. Afinal de contas, aquele foi um tempo muito coletivo, também graças a ele. Sou eu que escrevo, mas tenho a certeza de que poderia ser qualquer um dos meus colegas. Quando reabriram as esplanadas ainda em plena pandemia, fomos beber café. Falámos do Rui Pereira. Lembrámos o que alguns já tinham esquecido. Rimos. Brindámos em sua memória. No final eu disse: “Se calhar podemos enviar-lhe um *e-mail*. Esteja ele onde estiver, de certeza que conseguiu ligação à Internet para continuar a seguir-nos a todos e enviar a *New Yorker* à Inês Belo!”

1 Este texto contou com o contributo de várias colegas que me ajudaram a registar no papel algumas memórias do nosso tempo de alunos do professor Rui Pereira. Agradeço em particular à Ana Manhique, Elisa Santos, Inês Belo Gomes, Inês Amaral Rafael, Sara Gonzalez e Sarah Cohen.

Não pretendo traçar aqui um retrato realista do Rui Pereira. Esta é apenas a minha memória dele, reconstruída à conversa com os meus colegas. É a imagem que dele guardo. Ingrata tarefa, mas que não poderia recusar. E, passados alguns dias, descobri a razão da minha inquietude em relação a este texto. Uma amiga, procurando tranquilizar-me, relembra a evidência de que ele também não leria o texto. Só que era exatamente esse o problema. O Rui Pereira, a quem devo muito do meu gosto pela escrita, nunca poderá ler esta minha singela homenagem e ajudar-me a melhorá-la.

Conhecer o Rui Pereira fez-me aprender muito sobre mim própria e sobre as pessoas no geral. Pode soar a banalidade esta alusão ao género humano, porém o que mais se quer de um professor de Antropologia é que nos faça olhar para as pessoas com outro olhar. O Rui Pereira enfrentou o desafio de dar aulas a estudantes que reconheciam melhor o seu nome de parangonas dos jornais do que dos horários da licenciatura. Pode até parecer estranho que o refira tão abertamente, mas era como ele próprio o fazia e com grande sentido de humor. Uma vez, numa aula, ensinou-nos vários truques digitais nos nossos computadores. Algo diferente dos habituais problemas técnicos das outras disciplinas, onde alguns professores tinham dificuldades em ligar um projetor ou exibir um filme. Surpreendida, uma colega minha comentou: “O professor percebe imenso de tecnologia!”. Ele sorriu e respondeu-lhe: “Já percebi que não costuma ler os jornais!” Acho que foi aí que ganhou o meu respeito.

Se todos os seres humanos são complexos, cinzentos, com múltiplas camadas, há quem o admita frontalmente e sem medos. Quem encontre a sua coerência interna na assunção das suas contradições. O Rui Pereira pertencia a este grupo. Eu aprendi também com ele a ser mais assim. A ter mais dúvidas do que certezas e assumir que posso nutrir estima por alguém nos meus antípodas políticos e ideológicos. Confesso que nem sei bem o que o Rui Pereira defendia para a sociedade e também não me importava. Mas sei que nos alinhávamos em vários valores essenciais, como a honestidade, a frontalidade e a justiça.

Quando nos deu aulas, recebemos, pela primeira vez na licenciatura, uma grelha de avaliação. As nossas notas eram traduzidas em critérios e ponderações. Fazia comentários qualitativos ao nosso trabalho e sentíamos mesmo que lia aquilo que lhe tínhamos apresentado. A Elisa lembra que “era exigente, lia velozmente, era disponível e tinha uma forma enxuta de exprimir o seu juízo”. Fazia críticas certas, não exagerava em rasgados elogios, mas valorizava o nosso trabalho à sua maneira.

Por ser tudo tão transparente, a contestação era bastante recorrente. Acredito que essa era uma das coisas que queria que levássemos dele – o sentido de justiça. Todas as pessoas com quem falei lembram-no como uma pessoa justa. Uma vez, decidi mudar à última hora o nosso trabalho dessa semana para Antropologia do Ciberespaço. Isto suscitou dois movimentos: um grupo, mais pequeno, que manifestou descontentamento com a decisão unilateral;

um segundo grupo, maioritário, que por sua vez mostrou descontentamento com o grupo contestatário. O primeiro grupo tentava explicar que este tipo de decisão imposta de cima para baixo, a dias da avaliação, prejudicava todos os que já tinham organizado o seu trabalho e que era até injusta, dado o modelo de “gestão” a que o professor nos tinha habituado. O segundo grupo saiu em defesa daquele que consideravam o docente mais atento aos alunos, pelo que contestar a sua decisão é que surgia como atitude injusta. Eu era do primeiro grupo. Ânimos muito exaltados. Muitas trocas de *e-mails*, mensagens e discussões no Facebook. Como é que Rui Pereira lidou com a situação? Movendo o debate para a sua aula.

Nunca estive tanta gente presente numa aula de segunda-feira às 8h. Não havia lugares para todos. Apresentámos os nossos pontos de vista, debatemos e ele escutou. Como resolveu ele este impasse? De forma muito astuta, desarmante, comunicou-nos que o nosso ensaio dessa semana seria sobre esta mesma situação. Deveríamos recrutar a teoria do ciberespaço para a nossa reflexão e, sobretudo, garantir um tratamento ético dos dados e dos nossos interlocutores, neste caso os nossos próprios colegas. Foi uma grande lição de democracia para todos, inclusive para ele. Sei que muitos diriam que a causa deste “problema” foi o excesso de democracia, a confusão de papéis e a falta de autoridade. Mas é que esta era uma das suas marcas: tratar-nos como pares, como iguais. A Inês Amaral recorda que “foi um dos professores que mais estimulou a nossa independência e espírito crítico através do seu método de ensino” e que “não nos tratava como meros estudantes”. É por isso que, após o fim do semestre, passou a ser simplesmente o Rui Pereira. Porque ele nunca se escudou no título de “professor” ou numa autoridade vertical para se relacionar connosco. Foi por isso que também decidiu organizar com quatro ex-alunas² um painel no VI Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (Coimbra, 2016), intitulado “Ciberespaço: por uma antropologia das contemporaneidades. Redes sociais, sociabilidades, comunidades *online*”. Conforme nos confidenciou, custou-lhe algumas críticas estar a trabalhar com recém-licenciadas, porque para alguns dos seus colegas isso parecia “pouco útil”. Respondeu que esta também era a sua função enquanto professor: aprender com os alunos e colocar-se em pé de igualdade.

O Rui Pereira levava muito a sério esta preparação de uma nova geração de antropólogos. Como me diz a minha colega Ana Manhique: “o Rui Pereira teve a capacidade de preparar uma geração de futuros antropólogos, para uma antropologia do devir. Uma antropologia que se reinventa e se afirma na redescoberta de passos já percorridos.” A Sarah Cohen diz que nas suas aulas de Antropologia e Colonialismo era palpável o seu conhecimento prático de trabalho de campo em Moçambique, de quem estive mesmo lá. A Elisa partilhou

2 Eu própria, Inês Amaral Rafael, Inês Belo Gomes e Sara Gonzalez.

comigo que “havia qualquer coisa de muito desafiante naquelas aulas, uma espécie de Oração das Laudes que nos dispunham para o que poderia vir a ser o ofício do antropólogo. Afinal, o trabalho de campo nos arquivos nada tem de indigno ou menor. É absolutamente necessário – esforçava-se também o professor por explicar”. E a Ana acrescenta: “O Rui Pereira procurava explorar os silêncios documentados como ‘produtos do seu tempo’. Com os estudos sobre a antropologia colonial, a museologia e a linguística o professor ousou levantar o véu sobre o berço da antropologia e convidar-nos a uma reinvenção dos códigos e sistemas de funcionamento de uma ciência social que caminha além do espectro da sua gênese”.

Escrevi este texto de jorro, como ele me fazia escrever todas as semanas daquele semestre de 2015. O Rui Pereira, o professor Rui Pereira, vai sempre acompanhar-nos a todos os que com ele conviveram. A última vez que o vi foi no VII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, que decorreu em Lisboa em 2019. Já não tínhamos um painel em conjunto. Eu estava do outro lado a receber inscrições e ele a pagar quotas. Piscou-me o olho e perguntou-me: “Então, Laura, quando é que faz a lista para a APA?” Formar uma lista para concorrer à Direcção da APA, de modo a trazer debate e novos temas, era um projeto da nossa geração, de um grupo que ele ajudou a formar como tal. De colegas, amigos, que em vez de sucumbirem à competição do meio académico, optaram pela via da cooperação. Ele ajudou e incentivou isso. Afinal de contas, colocou-nos a trabalhar em conjunto. O Rui Pereira foi um dos fundadores da Associação Portuguesa de Antropologia, não queria voltar a estar numa lista. Queria sim que nós assumíssemos também a nossa responsabilidade e o nosso papel no presente e futuro da antropologia, em conjunto.

A Ana escreveu-me e perguntou: “Laura, achas que no teu texto podemos deixar um *kanimambo* ao professor Rui?” Claro que sim. Entretanto, a Elisa disse que na província do Niassa, em Moçambique, onde esteve o professor Rui Pereira, não se diz *kanimambo* e se agradece com a expressão *assante sana*. Nesta ponte suspensa entre tempos e lugares, dizemos:

Assante sana, professor Rui!

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João de, 1936, *Sul de Angola: Relatório de Um Governo de Distrito (1908-1910)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias (2.^a edição).
- ASAD, Talal (org.), 1973, *Anthropology and the Colonial Encounter*. Londres: Ithaca Press.
- BENVENISTE, Joseph, 1918, “Les correspondances de vocabulaire entre l’Indo-iranien et l’Italo-celtique”, *Mémoires de la Société de Linguistique de Paris*, 20: 265-285.
- BIRMINGHAM, David, 1966, *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and Their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*. Londres: Oxford University Press.
- BOXER, Charles R., 1988, *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Porto: Afrontamento.
- CAETANO, Marcelo, 1951, *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- CASAL, Adolfo Yáñez, 1996, *Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comunais de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- COPANS, Jean, 1975, *Anthropologie et impérialisme*. Paris: Maspero.
- LECLERC, Gérard, 1973, *Crítica da Antropologia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MOREIRA, Adriano, 1960, *Política Ultramarina*. Lisboa: Junta de Investigações Ultramarinas.
- PEREIRA, Rui, 1986, *Antropologia Aplicada na Política Colonial Portuguesa: A Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (1956-1961)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, provas de aptidão científica e pedagógica.
- PEREIRA, Rui, 1998, “Introdução à reedição de 1998”, in Jorge Dias, *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Instituto de Investigação Científica Tropical, V-LII.
- PEREIRA, Rui, 2005, *Conhecer para Dominar: O Desenvolvimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, tese de doutoramento em Antropologia.
- PEREIRA, Rui, et al., 1986, *Índios da Amazônia*. Catálogo da exposição realizada pelo Museu de Etnologia do Instituto de Investigação Científica Tropical, dezembro 1986/1987. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Museu de Etnologia.
- ROSA, Frederico Delgado, 2008, *Humberto Delgado: Biografia do General sem Medo*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

 Receção da versão original / Original version

2021/09/24

Aceitação / Accepted

2021/12/13